Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Servidores reforçam campanha por reajuste
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL Contribuição máxima do INSS vai a R\$ 828,39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL TCU questiona gastos com fiscais de bagagens de voos internacionais
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Carf volta aos julgamentos digitais9
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Conselho voltará às sessões virtuais em fevereiro10
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL
INSS confirma novo teto
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL
Saúde e previdência consomem R\$ 22,7 bi de empresas federais
PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL Afastamento do trabalho por Covid quase triplica em um ano
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO D. La companya (O o i la companya o o i o o o o o o o o o o o o o o o o
Bolsonaro pré-Covid na economia - NELSON BARBOSA16
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO
Salário médio pago por estatais sob controle da União chega a R\$ 34,1 mil17
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA
Implicações da nova lei cambial (Artigo)19
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS PEC para diminuir preço de combustível
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo sanciona Orçamento longe do rigor fiscal - BRASÍLIA - DF
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo prepara PEC para atropelar lei e baixar gasolina e luz em ano eleitoral23
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro quer tumultuar combustíveis - VINICIUS TORRES FREIRE

Sexta-Feira, 21 de Janeiro de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Em carta a Davos, milionários pedem para pagar mais impostos
o globo - rj - economia Tributos - contribuições e impostos Redução do imposto teria impacto restrito no preço final
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Auxílio Brasil, pobreza e eleições (Artigo)
valor econômico - sp - legislação e tributos receita federal do brasil Setor de seguros espera derrubar cobranças de PIS/Cofins no Carf
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA
Orçamento: Centrão blinda verbas para aliados do governo e fundão eleitoral3
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA
Dúvida marca sanção do Orçamento3
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA
Brasil e América Latina precisam de educação tecnológica para crescer
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA
O Brasil ficou menos atraente para o capital (Editorial)
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA
Estamos por nossa conta e risco (Artigo)39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA
Reação do PIB em novembro (Editorial)
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA
Desigualdade social preocupa mais CEOs brasileiros, diz PwC
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA
Presidente do BC afirma que inflação começa a cair

Servidores reforçam campanha por reajuste



Fernanda StricklandTaísa Medeiros

Após o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), ter anunciado a suspensão do prometido reajuste para os policiais federais - indicando que nenhuma categoria seria contemplada neste ano -, servidores decidiram dar continuidade e intensificar a campanha pela recomposição salarial. As entidades filiadas ao Fonacate, fórum que representa as carreiras típicas de Estado, se reuniram na tarde de ontem para avaliar os atos públicos do dia 18 e os próximos passos das paralisações. A possibilidade de greve em fevereiro, caso não haja avanço nas negociações, não está descartada. Para os participantes da reunião, os atos da última terca-feira em frente ao Banco Central e ao Ministério da Economia foram um sucesso. "Num contexto de pandemia, de teletrabalho, de recesso e férias, a participação dos servidores superou as expectativas", disse Alison Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, informou que as paralisações seguem na próxima semana, e, em 27 de janeiro, o Fonacate e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) vão realizar outro dia de paralisação nacional com um ato virtual, aberto a todos os servidores públicos. Os detalhes dessa mobilização virtual serão divulgados no começo da próxima semana. Os servidores devem paralisar as atividades para participar do evento, que começará pela manhã e seguirá até o fim da tarde.

"O governo fala que não tem Orçamento para reajustes. Mas não apresenta um estudo nem conversa com os servidores. Com certeza existe espaço, e é isso que vamos discutir. Analisar do ponto de vista econômico e jurídico o que pode ser feito", disse Bráulio Cerqueira, economista e presidente do Unacon Sindical. O Fonacate avalia que as perdas

inflacionárias dos servidores federais (acumuladas desde 2017, para 80% dos servidores; e desde 2019, para os demais) já corroeram um quarto do poder aquisitivo dos salários. A entidade enviou dois ofícios para o ministro da Economia, Paulo Guedes, solicitando reunião para tratar do tema.

Língua nos dentes

Para o economista e sociólogo Vinicius do Carmo, um governo fraco e sem liderança é um prato cheio para as corporações. "Os estatutos de funcionários públicos são cheios de gatilhos de reajuste e progressão de carreira, mas não tem nada de controle de produtividade", afirmou. "O orçamento já está todo amarrado, mas o presidente deu com a língua nos dentes, prometendo aumento para uma categoria, o que abriu a brecha que todas as demais vão usar para exigir o mesmo, e estão cobertos de razão", disse. Segundo Vinícius do Carmo, Bolsonaro sabe que as promessas de aumento para categorias específicas não podem ser aprovadas. "O que podería fazer, se tivesse criatividade para manobrar o Orçamento, é reservar espaço fiscal para a peça do ano que vem, sem vincular o aumento a uma categoria", explicou.

"Os servidores públicos são importantíssimos para o funcionamento dos serviços. Mas Bolsonaro, talvez, seja o governante que mais cultivou antipatia com a categoria, perseguindo-os, desmoralizando-os e desautorizando -os. Agora, como se não bastasse, promete algo que sabe que não vai poder entregar. Mise en scène da politicagem", completou. Alex Galvão, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), afirmou que, independentemente da possibilidade de recomposição salarial e de reorganização da carreira da Polícia Federal, a Polícia Civil do DF continua na busca da reestruturação, "porque já estamos bem atrás. Então, vamos continuar lutando." Procurados, Ministério da Economia, Banco Central (BC) e Receita Federal informaram que não vão comentar sobre os atos dos servidores públicos.

"O governo fala que não tem Orçamento. Mas não apresenta um estudo e nem conversa com os servidores. Com certeza existe espaço, e é isso que vamos discutir"

Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical

Pressão no Judiciário

Em uma reunião rápida na tarde de ontem com a ministra Rosa Weber, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ? no plantão neste período devido ao recesso forense ?, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) apresentou documento reivindicando reposição de 19,99% nos vencimentos da categoria.

Segundo a Federação, o percentual se refere à defasagem salarial nos três anos do governo Jair Bolsonaro. O mesmo índice é reivindicado pelo conjunto do funcionalismo público em suas manifestações. A Fenajufe esclareceu que nenhuma carreira teve reajuste neste período.

Para a entidade, a Emenda Constitucional nº 95 ? que estabelece o teto dos gastos públicos ? permite o crescimento da folha de pagamento nos limites do aumento da **inflação**.

Rosa Weber ponderou que apenas está na presidência interina do STF e se comprometeu a levar a reivindicação ao presidente da Corte, ministro Luiz Fux. A Fenajufe irá protocolar, já nos próximos dias, nova solicitação de audiência com Fux para tratar do tema.

A posição defendida pelos dirigentes da entidade foi a de preservação da negociação nesse momento, ao lado do conjunto do funcionalismo. Mas eles afirmaram que é patente a dificuldade de diálogo, principalmente com o Executivo Federal. Ainda de acordo com a Federação, foi destacado que existe um processo de mobilização conjunta do funcionalismo público e que servidores e servidoras do Poder Judiciário trabalharão também na construção de uma greve geral do segmento.(FS e TM)

Contribuição máxima do INSS vai a R\$ 828,39

Os Salários dos trabalhadores com carteira assinada terão novos descontos a partir de fevereiro. Nesta quinta (20), o governo federal publicou a nova tabela de descontos das contribuições ao **INSS**, alterada pelo reajuste do salário mínimo e do teto de benefícios.

As alíquotas vão de 7,5% para quem recebe o salário mínimo -reajustado para R\$ 1.212 desde 1° de janeiro-a 14% para remunerações mais altas.

A portaria interministerial assinada pelos ministros Onyx Lorenzoni, do Trabalho e Previdência, e Paulo Guedes, da Economia, também oficializou o reajuste do teto do **INSS**, de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Esse é o valor-limite para os benefícios previdenciários e para os recolhimentos de contribuições ao **INSS**. Ou seja, mesmo quem ganha mais terá os descontos calculados sobre esse limite.

Coma nova tabela de recolhimentos, os trabalhadores com carteira assinada que contribuem pelo teto do INSS passarão a pagar R\$ 828,39 mensais, segundo o advogado Wagner Souza, do escritório Roberto de Carvalho Santos Advogados Associados.

A partir da reforma da Previdência, a tabela de contribuição passou a ser progressiva. Desse modo, os descontos são aplicados por faixa de salário.

A portaria reajustou em 10,16% os benefícios pagos acima do salário mínimo pelo **INSS**. O aumento equivale ao INPC registrado de janeiro a dezembro do ano passado, que mede o impacto da variação de preços para as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos.

De acordo com a portaria, terão direito ao reajuste de 10,16% apenas os beneficiários que já eram atendidos pelo **INSS** em 1° de janeiro de 2021. Aqueles que começaram a receber os pagamentos a partir de fevereiro terão um percentual de reajuste menor, porque não receberam 12 meses de pagamento do instituto.

Os aposentados do **INSS** que ganham mais do que o salário mínimo começam a receber os benefícios com reajuste de 10,16% entre os dias 1° e 7de fevereiro. Se, por um lado, o benefício previdenciário chegará com a reposição da **inflação** de202i, por outro, o

desconto do Imposto de Renda poderá ser maior, especialmente para aposentados e pensionistas que têm até 64 anos de idade.

Um aposentado com até 64 anos que recebia R\$ 6.400 no ano passado pagará R\$ 178,82 a mais de Imposto de Renda neste ano, segundo o consultor da IOB Daniel Soares. Neste exemplo, o valor do IR mensal passa rá de R\$ 890,64 para R\$ 1.069,46.

O Imposto de Renda tem sido maior a cada ano para aposentados e trabalhadores porque a tabela usada para calcular os descontos não é atualizada pelo governo -a correção mais recente é de 2015.

Cálculos do Sindifisco (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal) apontam que a tabela do Imposto de Renda tem hoje defasagem média de 134,52%, desde 1996. Segundo o sindicato, se a correção acompanhasse o IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), nenhum contribuinte com renda tributável mensal inferior a R\$ 4.427,59 pagaria o imposto. Hoje a isenção é de até R\$ 1.903,98.

Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos pagam menos Imposto de Renda, pois têm direito a uma cota extra de R\$ 1.903,98 de isenção sobre o valor do benefício. Ou seja, para calcular o imposto, essa cota é subtraída do valor da aposentadoria ou pensão. O desconto do IR é então aplicado ao resultado.

A explicação fica mais simples com um exemplo. Se um aposentado tem 64 anos e sua renda é de R\$ 3.745,44, já considerando o reajuste, ele entra na segunda faixa de tributação. Esse grupo entra na faixa de 15% sobre rendimentos entre R\$ 2.826,66 e R\$ 3.751,05, descontada a parcela de dedução de R\$ 354,80. O valor do salário cai para R\$ 3.538,42.

Mas, se um aposentado com a mesma renda tem 65 anos ou mais, a Receita retira R\$ 1.903,98 do valor do benefício para calcular o IR. O resultado é uma renda considerada de R\$ 1.841,46, que é isenta de tributação. Não há cobrança do imposto. Fernanda Brigatti, Washington Luiz, Luciana Lazarini e Clayton Castelani

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 97&anchor=6448831&pd=3ddd2b2373963fd838dc26bfd49 97b21

Novos valores das aposentadorias do INSS após o reajuste anual e com o desconto do Imposto de Renda

Valores em reais

■ Valor da aposentadoria ■ Desconto do IR

Em 2021		Em 2022, após o reajuste		IR pago a mais	Aposentadoria em 2022 após desconto
2.000,00	7,20	2.203,20	22,44	15,24	2.180,76
2.200,00	22,20	2.423,52	38,96	16,76	2.384,56
2.400,00	37,20	2.643,84	55,49	18,29	2.588,35
2.600,00	52,20	2.864,16	74,82	22,62	2.789,34
2.800,00	67,20	3.084,48	107,87	40,67	2.976,61
3.000,00	95,20	3.304,80	140,92	45,72	3.163,88
3.200,00	125,20	3.525,12	173,97	48,77	3.351,15
3.400,00	155,20	3.745,44	207,02	51,82	3.538,42
3.600,00	185,20	3.965,76	256,17	70,97	3.709,59
3.800,00	218,87	4.186,08	305,74	86,87	3.880,34
4.000,00	263,87	4.406,40	355,31	91,44	4.051,09
4.200,00	308,87	4.626,72	404,88	96,01	4.221,84
4.400,00	353,87	4.847,04	463,58	109,71	4.383,46
4.600,00	398,87	5.067,36	524,16	125,29	4.543,20
4.800,00	450,64	5.287,68	584,75	134,11	4.702,93
5.000,00	505,64	5.508,00	645,34	139,70	4.862,66
5.200,00	560,64	5.728,32	705,93	145,29	5.022,39
5.400,00	615,64	5.948,64	766,52	150,88	5.182,12
5.600,00	670,64	6.168,96	827,10	156,46	5.341,86
5.800,00	725,64	6.389,28	887,69	162,05	5.501,59
6.000,00	780,64	6.609,60	948,28	167,64	5.661,32
6.200,00	835,64	6.829,92	1.008,87	173,23	5.821,05
6.400,00	890,64	7.050,24	1.069,46	178,82	5.980,78

Em 2021		Em 2022, após o reajuste	1	IR pago a mais	Aposentadoria em 2022 após desconto
2.000,00	0	2.203,20	0		2.203,20
2.200,00	0	2.423,52	0		2.423,52
2.400,00	0	2.643,84	0		2.643,84
2.600,00	0	2.864,16	0	-	2.864,16
2.800,00	0	3.084,48	0		3.084,48
3.000,00	0	3.304,80	0		3.304,80
3.200,00	0	3.525,12	0	-	3.525,12
3.400,00	0	3.745,44	0		3.745,44
3.600,00	0	3.965,76	11,83	11,83	3.953,93
3.800,00	0	4.186,08	28,36	28,36	4.157,72
4.000,00	14,40	4.406,40	44,88	30,48	4.361,52
4.200,00	29,40	4.626,72	61,41	32,00	4.565,31
4.400,00	44,40	4.847,04	86,66	42,26	4.760,38
4.600,00	59,40	5.067,36	119,71	60,31	4.947,65
4.800,00	79,60	5.287,68	152,76	73,15	5.134,93
5.000,00	109,60	5.508,00	185,80	76,20	5.322,20
5.200,00	139,60	5.728,32	224,35	84,74	5.503,97
5.400,00	169,60	5.948,64	273,92	104,32	5.674,72
5.600,00	199,60	6.168,96	323,49	123,89	5.845,47
5.800,00	240,47	6.389,28	373,06	132,59	6.016,22
6.000,00	285,47	6.609,60	424,69	139,21	6.184,91
6.200,00	330,47	6.829,92	485,27	154,80	6.344,65
6.400.00	375.47	7.050.24	545.86	170.39	6.504.38

TCU questiona gastos com fiscais de bagagens de voos internacionais

ADRIANA FERNANDES

Em meio ao movimento dos auditores fiscais de entrega de cargos de chefia e operaçãotartaruga em protesto por reajuste salarial, o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou informações da Receita Federal sobre os gastos com servidores que fazem a fiscalização aduaneira de bagagens nos aeroportos.

O pedido integra levantamento que o TCU inicia sobre a eficiência desse tipo de despesas e se há necessidade de ter um contingente elevado de servidores numa atividade (de revista da bagagem) que não é feita em boa parte dos países.

Há uma corrente no TCU e no próprio governo que defende a liberação direta de todos os passageiros pelo canal verde de revista. Ou seja, o passageiro vindo do exterior declara se tem imposto a pagar ou não e passa a bagagem pelos detectores de raio x.

O gasto apresentado pelo Fisco à Corte de Contas foi de R\$ 81,2 milhões por ano com salários de 247 servidores da Receita para R\$ 38,7 milhões em valores retidos, além de R\$ 7,3 milhões em 9.006 ocorrências em 2020, último dado apresentado.

O total de bens declarados foi de R\$ 1,68 bilhão. Em 2018, a retenção foi de R\$ 115,97 milhões, valor que caiu para R\$ 58,23 milhões em 2019.

Nesses dois anos, não havia a pandemia, e o transporte aéreo funcionava normalmente.

Pelos dados encaminhados, há 91 auditores fiscais com um salário mensal de cerca de R\$ 33 mil cada e 156 analistas tributários com salário mensal de R\$ 19,8 mil cada.

O pedido foi feito pelo ministro Bruno Dantas nos últimos dias do ano passado. Foi nessa época que a categoria começou uma mobilização depois que Orçamento foi aprovado com recursos para o reajuste salarial das polícias, prometido pelo presidente Jair Bolsonaro.

Os auditores e analistas tributários querem a regulamentação definitiva de um bônus de eficiência vinculada às metas de produtividade.

POSSIBILIDADE DE AUDITORIA.

No pedido de informações, o ministro Dantas, um dos maiores críticos no TCU ao trabalho de fiscalização do Receita, justifica que é preciso acompanhar as atividades de fiscalização para propor melhorias.

Em análise preliminar dos dados encaminhados pela Receita, a avaliação é de que se gasta muito mais com a manutenção desse aparato para pouco retorno em arrecadação do imposto não declarado. Uma auditoria poderá ser aberta depois do levantamento final.

Segundo a Receita, nos aeroportos com menor fluxo de voos, os servidores não estão dedicados exclusivamente a essa atividade, executando outras tarefas relativas à administração <u>aduaneira</u> no aeroporto, trabalhando em regime de plantão de 24 horas de trabalho com 72 horas de descanso.

Também segundo a Receita, o modelo de trabalho traçado para a inspeção da bagagem estima em 10 minutos o tempo para os casos de menor complexidade (60% dos viajantes), 20 para os casos de média complexidade (30%), e 30 para os casos mais complexos (10%).

Procurada, a Receita não respondeu ao pedido de informações da reportagem.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Carf volta aos julgamentos digitais

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Conselho voltará às sessões virtuais em fevereiro

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

INSS confirma novo teto

CRISTIANE NOBERTOJOÃO VITOR TAVARES *

O governo federal publicou ontem, no Diário Oficial da União (DOU), o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), válido desde 1º de janeiro. O teto das aposentadorias, como havia sido anunciado no começo do ano, passará para R\$ 7.087,22 ? antes era de R\$ 6.433,57. O menor valor pago pela Previdência é equivalente ao salário mínimo: R\$ 1.212. Os pagamentos com os novos valores virão nos contracheques de fevereiro.

O teto e as aposentadorias com valor maior que o mínimo tiveram correção de 10,16%, equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no ano passado. No entanto, esse percentual só será pago integralmente a quem já recebia o benefício em janeiro de 2021. Quem começou a receber a aposentadoria ao longo do ano passado, terá direito a uma correção menor, conforme o mês de ingresso na folha do **INSS** (veja tabela).

Além de corrigir aposentadorias e pensões, o governo reajustou, também, os valores da tabela de contribuição. Isso implicará recolhimento maior para trabalhadores ativos e inativos, ainda que tenham sido mantidas as alíquotas em vigor desde 2019. Também corrigida a tabela aplicável aos servidores públicos federais.

Aposentado há 13 anos, o trabalhador rural Manuel Lopes Pereira, 79 anos, afirma que todo aumento é bem-vindo, mas não representa um alívio nas contas. "O reajuste poderia ser bem maior. A **inflação** está altíssima, diminuindo, ainda mais, o poder de compra. Cada vez que você vai ao mercado, se depara com preços exorbitantes", disse.

Ângela Ramos, 49, que recebe auxílio-doença há três anos, após ter desenvolvido um câncer de mama, também reclama da queda do poder de compra do benefício. "Não acredito que fique melhor com o aumento, ao contrário. Os preços das coisas vão subir com a alta do salário. Se a gente não souber administrar nosso pagamento, o dinheiro vai embora rápido. É preciso saber gastar na hora certa, com aquilo que é necessário", afirmou.

Morador de Cotia (SP), Milton Souza, 58, está aposentado há seis anos pelo **INSS**, após trabalhar por quase quatro décadas como metalúrgico. Ele não conseguiu receber a aposentadoria com base no teto. "O grande problema é que o reajuste nunca

acompanha o alto custo de vida no país, sobretudo para os idosos, que pagam plano de saúde, remédios e até mesmo ajudam financeiramente os pais, também idosos, e os filhos".

Qualidade de vida

Dayane Fonseca Fernandes, advogada especialista em direito previdenciário, afirma que, considerando a atual situação econômica do Brasil, o aumento do teto e do valor dos benefícios têm pequeno reflexo na qualidade de vida dos aposentados. De acordo com a especialista, o reajuste não se mostra suficiente para suprir a alta gigantesca do preço dos alimentos e dos insumos em geral.

A advogada defendeu a desaposentação, a possibilidade de cancelar o benefício em vigor para ter direito a um valor maior, que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional. Dayane Fernandes explica que, se um indivíduo se aposenta, mas continua trabalhando, está ajudando a manter quem depende da **Previdência Social**. "Nós, previdenciaristas, estamos tentando implementar uma tese no Judiciário, que é de reaver esses valores. Mas há uma enxurrada de decisões desfavoráveis, sobretudo na primeira instância", disse.

* Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Atualização

Nem todos os aposentados receberão reajuste de 10,16%. Quem se aposentou ao longo do ano passado terá o benefício corrigido conforme o mês de início de recebimento.

Reajuste (%)

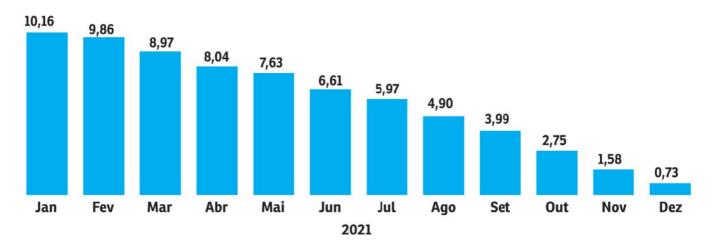
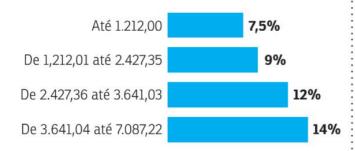


TABELA DE CONTRIBUIÇÃO AO INSS* (em R\$)



As taxas são progressivas, ou seja, incidem apenas sobre a parcela de salários que se enquadra em cada faixa, o que faz com que o percentual descontado do total dos ganhos seja menor.

TABELA PARA OS SERVIDORES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DA UNIÃO (em R\$)





Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência

Saúde e previdência consomem R\$ 22,7 bi de empresas federais

As empresas estatais federais e suas subsidiárias gastaram R\$ 22,74 bilhões para bancar planos de saúde e **previdência complementar** aos seus empregados.

O custo dos benefícios de saúde alcançou R\$ 8,64 bilhões e de previdência, mais R\$ 14,10 bilhões.

O governo tentou modificar, por meio de resolução, as regras para restringir os benefícios dos planos de saúde aos funcionários das estatais, mas o Congresso derrubou as novas exigências com um decreto legislativo. É comum estatais bancarem mais de 90% dos custos de saúde dos empregados, sem qualquer coparticipação, e aceitar que os funcionários incluam como dependentes pais, mães e filhos sem limite de idade. O governo tentou restringir a no máximo 50% o pagamento para assistência de saúde e o rol de beneficiários.

Algumas caminharam nessa redução, como os Correios, mas outras, com a decisão dos parlamentares de barrar as restrições do governo, nada fizeram.

Entre as estatais, as disparidades são grandes. O BNDES tem um gasto mensal por titular de R\$ 3.502,53. Os cônjuges e filhos têm acesso também ao plano. São ao todo 10.034 beneficiários ao custo de R\$ 177, 3 milhões. A Petrobras gasta R\$ 2,07 bilhões com assistência à saúde com gasto mensal da empresa por titular de R\$1.531,79.

Segundo o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, Ricardo Faria, os funcionários do Executivo recebem no máximo R\$ 205,00 de reembolso por beneficiário de assistência médica.

Os valores são definidos numa tabela que leva em conta salário e idade. Quem ganha mais tem reembolso menor.

Do lado da previdência, o governo busca estimular a criação de planos de contribuição definida, em que o benefício depende do montante acumulado em nome do funcionário.

A proposta da previdência com contribuição definida deverá ser apreciada pelos órgãos de governança do fundo de pensão e do BNDES no primeiro trimestre e submetida à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia e à Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**.

Segundo a instituição, entre as metas do BNDES para 2022, também está o aprimoramento do custeio do plano de saúde. A Petrobras foi procurada pela reportagem, mas não se manifestou.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Afastamento do trabalho por Covid quase triplica em um ano

Economia

। Ana Vinhas, do R7

O número de afastamento do trabalho por causa da Covid-19 quase triplicou em um ano. De janeiro a dezembro de 2021, foram concedidos 98.787 benefícios por incapacidade, o antigo auxílio-doença, por causa de infecção por coronavírus, ante 37.045 de abril a dezembro de 2020, um aumento de 166%.

A Covid-19 passou a ser o principal motivo de afastamento dos profissionais no trabalho desde o primeiro trimestre de 2021. Além de liderar o ranking das doenças que mais afastaram no ano passado, a infecção causada pelo coronavírus tem o triplo dos casos do segundo problema que mais afetou os trabalhadores, a fratura de punho, com 30.336 concessões.

Os dados são de um levantamento do Ministério do Trabalho e Previdência. "Esses casos representam somente aqueles afastamentos por mais de 15 dias e que, consequentemente, geraram um benefício de segurados do Regime Geral de **Previdência Social** do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ", afirmou o ministério em nota. A pasta não tem os números deste último mês nem os casos de afastamento com atestado médico inferior a 15 dias.

"A Covid foi responsável pelo maior número de afastamento no **INSS** no ano passado. Na verdade não é só a Covid, mas sim as sequelas da doença que muitas vezes incapacita as pessoas para o trabalho", alerta a advogada trabalhista Lariane Del Vecchio, do escritório Aith Badari e Luchin Advogados.

Uma pesquisa feita pelo Hospital das Clínicas, de São Paulo, apontou que cerca de 60% dos pacientes que tiveram a doença apresentaram algum tipo de sequela. Entre os casos analisados foram relatados alterações pulmonares importantes, sintomas cardiológicos e emocionais ou cognitivos, como perda de memória, insônia, concentração prejudicada, ansiedade e depressão.

Segundo a advogada trabalhista, no começo da

pandemia, antes da vacina, e no ano passado, com o avanço da imunização, o período de afastamento era maior e as sequelas também, por isso os casos demandavam mais do **INSS**.

O Brasil tem registrado uma disparada nos casos confirmados de Covid-19 nos últimos dias devido ao avanço da variante Ômicron. Nesta quinta-feira (20), foram registrados 168.495 novos casos de coronavírus, com o total chegando a 23.585.243. Na véspera, houve recorde de 204.854 de novos casos em apenas 24 horas.

No começo do ano, o Ministério da Saúde determinou uma nova orientação de isolamento para quem contrair a doença. Paciente assintomático que tiver diagnóstico negativo pode ser liberado da quarentena após cinco dias. Para aqueles que apresentarem teste positivo, o prazo é até dez dias depois da infecção.

Para a advogada trabalhista, o avanço da vacinação e as novas normas do Ministério da Saúde vão refletir em redução dos afastamentos pelo instituto, quando o atestado é dado com mais de 15 dias consecutivos e que tenha ocasionado uma incapacidade para o trabalho. "Essa nova recomendação, que prevê períodos de afastamento de 5 a 10 dias, vai fazer com que as pessoas não sejam afastadas pelo **INSS**. Esse encargo vai ficar por conta das empresas", avalia Lariane.

Mas o que deve prevalecer é o atestado médico. "É o médico que deve determinar os dias de afastamento e a data da alta", orienta a advogada. O que vale é o atestado médico. Na minha opinião, ele se sobrepõe à portaria do Ministério da Saúde."

Lariane também recomenda ao funcionário que sentir os sintomas que, no primeiro momento, comunique a empresa e passe no médico, para avaliar qual o período que deve ficar afastado e o que deve ser feito.

"A primeira coisa é comunicar o empregador e buscar o atendimento médico. Em caso de atestados com mais de 15 dias, a empresa deve encaminhar o funcionário para afastamento pelo **INSS**", explica a advogada.

Para funcionário em home office, vale a mesma regra. "Se o médico disser que ele precisa ser afastado para

PORTAL R7 / NACIONAL - ECONOMIA. Sex, 21 de Janeiro de 2022 SEGURIDADE SOCIAL

se recuperar, ele não tem que trabalhar. Ele não pode ser obrigado a exercer suas tarefas. Se ele estiver se sentindo bem, ele pode trabalhar mesmo que tenha atestado, mas não pode ser obrigado", conclui.

Site: http://noticias.r7.com/economia/afastamento-do-trabalho-por-covid-quase-triplica-em-um-ano-21012022

Bolsonaro pré-Covid na economia - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

O governo Bolsonaro começou com uma retórica de extrema-direita, mas sua equipe basicamente seguiu a agenda centro-direita de <u>Temer</u> na economia, uma "ponte para o passado do Brasil para poucos", adotada após o golpe de 2016 contra o PT.

Do lado fiscal, 2018 terminou com leve contração fiscal, e 2019 começou na mesma direção. Devido ao aperto gradual do teto de gastos de **Temer** e à manutenção de meta de resultado primário, as autoridades continuaram a praticar o "Orçamento sanfona" em 2019: contingenciar no início do ano (quando há incerteza sobre a receita) e liberar no fim do ano (se a receita vier dentro ou acima do previsto).

Em um repeteco de governos anteriores, no primeiro ano de Bolsonaro houve corte de gasto em janeiro com promessa (cumprida) de liberação a partir de novembro. Houve, também, nova rodada de saques no FGTS, para atenuar o arrocho fiscal.

Do lado monetário, a mudança de comando no BC interrompeu a queda de juro, pois o time entrante tinha que manter sua fama de mau. Apesar do lento crescimento da economia, com queda da <u>inflação</u>, herdada do governo <u>Temer</u>, o BC de Campos Neto só começou a reduzir a Selic no segundo semestre. Um erro, pequeno, que seria revertido depois.

A novidade de 2019 era a esperança, dos sócios do "Brasil para poucos", de que a concentração de poderes sob um ministro ultraneoliberal finalmente destravaria as reformas pró-rico e pró-mercado financeiro prometidas por <u>Temer</u>. Guedes não decepcionou nesse quesito.

Houve promessas de mudanças econômicas revolucionárias, geralmente com ganho de R\$ 1 trilhão em cada iniciativa, a serem aprovadas em apenas um ano. Como sempre acontece na política, a sociedade respondeu com gradualismo via Congresso.

O ano foi marcado pela inevitável e necessária reforma da Previdência (iniciada por Lula, continuada por Dilma e interrompida por <u>Temer</u>). O projeto começou com promessas equivocadas de adotar o sistema chileno (capitalização via mercado) no Brasil, mas o Congresso soube filtrar as maluquices dos

austríacos de circo no governo.

No fim, aprovou-se uma reforma que diminuiu os privilégios dos **servidores públicos** e finalmente instituiu o regime de aposentadoria somente por idade no Brasil. Houve excessos e insuficiências. Não foi o ideal, pois na política o ótimo é inimigo do bom, mas foi o possível no contexto de 2019.

Provavelmente serão necessários novos ajustes na Previdência nos próximos anos, devido ao envelhecimento da população e, principalmente, às mudanças no mercado de trabalho, que ameaçam tornar o emprego formal uma raridade.

Falta ampliar a inclusão e as bases de financiamento da Previdência, do contrário voltaremos a ter idosos pobres no Brasil, um problema que tinha sido extinto pelos governos do PT.

Fiel à continuidade do governo <u>Temer</u>, o primeiro ano de Bolsonaro também teve <u>lento</u> crescimento e precarização do emprego. Apesar desse cenário, o mercado financeiro comemorou. A Bolsa subiu na expectativa de privatizações e liberalização regulatória e financeira após a reforma da Previdência.

Em mais um episódio do "agora vai" neoliberal, no fim de 2019 a maioria dos analistas econômicos apostava que a agenda de política econômica que tinha dado errado em 2017-19 começaria a dar certo a partir de 2020, com recuperação mais rápida da economia puxada pelo "PIB privado".

Quase ninguém prestou atenção a uma notícia vinda China: um novo vírus que causaria uma flutuação em "V" da economia mundial em 2020-21, meu tema da próxima semana.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 97&anchor=6448831&pd=3ddd2b2373963fd838dc26bfd49 97b21

Salário médio pago por estatais sob controle da União chega a R\$ 34,1 mil

ADRIANA FERNANDES

Dentre as 46 estatais controladas pela União, há um caso de empregado que recebe como salário mensal R\$ 145.184,00, e não tem cargo de diretor.

Trata-se de um funcionário do grupo Petrobras, conforme a mais recente radiografia que o Ministério da Economia divulga sobre os benefícios negociados pelas estatais federais nos acordos trabalhistas.

O relatório anual, antecipado ao Estadão e que será publicado hoje, aponta que as três empresas com maior salário médio entre as estatais são a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), com R\$ 34 mil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com R\$ 31 mil, e a Petrobras, R\$ 25 mil. Segundo o Ministério da Economia, os salários muito elevados como o do funcionário da Petrobras resultam de incorporações de benefícios nos salários, muitas vezes obtidas por decisão judicial.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, está em quarto lugar, com um salário médio de R\$ 20,7 mil. A empresa, sempre muito cobiçada por caciques políticos do Nordeste, tem 1.501 funcionários e está no grupo de estatais dependentes de aportes de recursos do Tesouro Nacional para fechar as contas.

ESTABILIDADE. Mesmo não sendo servidores públicos e com direito ao FGTS, os funcionários de quatro estatais têm estabilidade no emprego, garantida em acordos salariais por um determinado período: Petrobras, BNDES, Companhia Docas do Pará e a Eletrobras, que está na fila de privatização. No caso da estatal de energia, a estabilidade é garantida para um grupo específico de empregados. Para o período de novembro de 2021 a abril deste ano, 11.612 servidores da Eletrobras não podem ser demitidos.

Os dados fechados são de 2020 e trazem os benefícios apenas dos empregados - no caso de diretores, as remunerações serão consolidadas em outro boletim.

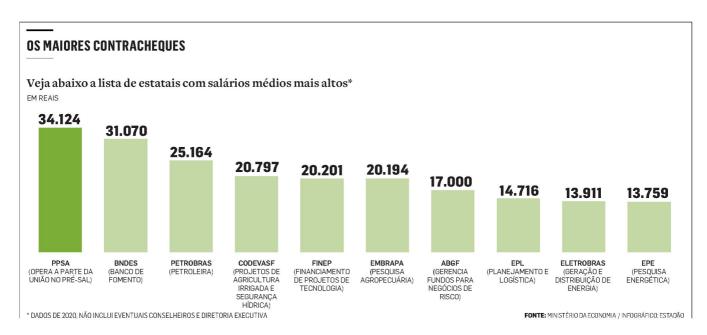
Os gastos com pessoal (salários) somaram R\$ 96,6 bilhões para 453,91 mil servidores federais de todas as estatais.

O BNDES e a Petrobras têm a maior lista de benefícios. O banco garante dois tipos de auxílio para a compra de comida (cesta alimentação e refeição), que juntos somam quase dois salários mínimos: R\$ 2.157,97 por mês. O BNDES também paga um benefício de assistência educacional limitado a R\$ 1.261 por mês por dependente menor de 18 anos. A Petrobras paga 100% da remuneração de adicional de férias, acima dos 33,3% previsto em lei. Ou seja, o trabalhador acaba ganhando mais um salário ao sair em férias.

O secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, Ricardo Faria, defende o controle da concessão dos benefícios. "Essas empresas são da sociedade brasileira, e as pessoas têm o direito de saber e perguntar: "Está barato?" Pelo menos ele tem o dado certo para formar a opinião dele." O secretário adjunto de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Thiago Longo, também considera alguns benefícios elevados.

"Nos parece bastante desproporcional."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo



Implicações da nova lei cambial (Artigo)

Luiz Fernando de Paula é professor do IE/UFRJ e coordenador do GEEP/IESP-UERJ. Filipe Vieira é doutorando do PPGE/IE-UFRJ e pesquisador associado do Observatório do Sistema Financeiro. David Salomão é bolsista PIBIC/CNPq.

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

PEC para diminuir preço de combustível



INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que negocia com o Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para redução o preço dos combustíveis e da energia elétrica ainda neste ano. "Temos uma proposta de emenda à Constituição, que já está sendo negociada com a Câmara e com o Senado, para diminuirmos, ou melhor, podemos ter a possibilidade de praticamente zerarmos os impostos dos combustíveis, o PIS/Cofins", frisou, em live transmitida do Suriname, na sua primeira viagem internacional em 2022 (leia reportagem na página 5). "È uma possibilidade de se conseguir isso para dar um alívio. Se bem que, deixo claro, a questão da inflação está no mundo todo", acrescentou. Na quarta-feira, Bolsonaro comentou a iniciativa. "Reconheço a inflação de alimentos, a alta do combustível. Falavase de uma proposta que poderíamos enviar ao Congresso, que mexe com combustível. Sim, existe essa proposta, não quero entrar em detalhe", disse, em entrevista ao Pingo nos Is. "Nós procuramos reduzir a carga tributária." A proposta do governo de zerar as alíquotas de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol reduziria a arrecadação federal em cerca de R\$ 50 bilhões, segundo um integrante da equipe econômica. O impacto para o consumidor, no entanto, seria pequeno: diminuição entre R\$ 0,18 e R\$ 0,20 no preço do litro do combustível. Incluindo a isenção dos impostos federais (PIS/Cofins) cobrados sobre a conta de luz, a perda da arrecadação pode chegar a R\$ 57 bilhões ou ser até maior.

Compensação

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige que o governo compense o efeito na arrecadação com redução de um tributo elevando outro. A PEC seria

uma forma de driblar essa exigência e permitir, também, que governadores possam isentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sem fazer compensação, mas, segundo técnicos ouvidos pela reportagem, bastaria a aprovação de lei complementar para dispensar a exigência nesse caso. Técnicos da área econômica são contrários à proposta, por ser caríssima em termos fiscais para uma redução pequena no preço dos combustíveis. Quem está à frente das negociações é o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). O ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, foi contrário à ideia de se criar um fundo de estabilização para amortecer as oscilações nos preços dos combustíveis.

Nesta semana, depois de cobrado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que pretende pautar um projeto para diminuir os impactos da alta nos combustíveis. Segundo ele, o tema será submetido aos líderes da Casa em fevereiro. Lira criticou a postura de governadores e afirmou que cobranças a respeito do tema precisam ser dirigidas ao Senado. Os gestores estaduais encerraram o congelamento do ICMS sobre os combustíveis, o que foi classificado pelo presidente da Câmara como uma decisão eleitoreira. Segundo o parlamentar, os governadores acusam o Executivo e o Congresso "para fazer uma cortina de fumaça". (Com Agência Estado) » Leia mais sobre combustíveis na página 7

CVM: menor verba em 13 anos

Em meio à alta da Bolsa e da crescente adesão de brasileiros aos investimentos em ações, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais, sofreu um corte de quase R\$ 14 milhões em despesas discricionárias, que envolvem a manutenção das atividades, no Orçamento aprovado pelo Congresso e que tem de ser sancionado, hoje, pelo presidente Jair Bolsonaro. Com os cortes, a verba para essas despesas caiu mais da metade e ficou em R\$ 12 milhões. O valor representa o menor orçamento para despesas não obrigatórias em 13 anos, de acordo com o Siga Brasil, sistema mantido pelo Senado. A CVM confirmou a redução e disse, em nota, que, caso o orçamento não seja recomposto, é de "se esperar que os trabalhos da autarquia sejam impactados de forma relevante" este ano.

Governo sanciona Orçamento longe do rigor fiscal - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

O Orçamento do ano eleitoral, com a sanção prevista para hoje, mostra a tibieza da política econômica comandada por Paulo Guedes. A peça aprovada no Congresso está longe de seguir os princípios fiscais e segue estritamente as prioridades estabelecidas pelo Centrão? leia-se um abastado Fundo Eleitoral de R\$ 5,7 bilhões e a garantia de R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relator. A aprovação da PEC dos Precatórios serviu para financiar o Auxílio Brasil, mas também contribuiu para garantir recursos às campanhas eleitorais e até reajuste de servidores da segurança pública.

Com a economia marcada pela estagnação e pela **inflação** resistente, o governo Bolsonaro entra no ano eleitoral com pouco a oferecer no debate econômico. Restam alternativas como destacar ações como o Auxílio Brasil, voltado para a atender a população vulnerável, ou o lançamento da internet 5G. Mas é o gargalo fiscal que representará um ponto frágil para a candidatura de Jair Bolsonaro no debate econômico.

Recuperado

O ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro (Podemos) confirmou, via redes sociais, que testou negativo para a doença. Apesar do resultado, o pré-candidato à Presidência seguirá o isolamento e só retomará

eventos presenciais na próxima semana. "Testei negativo para covid, então, o vírus foi superado sem maiores problemas graças às vacinas", publicou. Mesmo após anunciar que havia testado positivo para covid, dia 15, o ministro concedeu entrevistas de forma remota durante toda a semana. Teve tempo, ainda, de rebater o ex-presidente Lula, que o chamou de "canalha". "Você será derrotado", avisou Moro.

Senado vermelho

A deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP) ironizou o presidente Jair Bolsonaro (PL), após o chefe do Executivo declarar que a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, pode concorrer ao Senado por São Paulo. "Com a habilidade que Bolsonaro tem para re(unir) a direita, em 2023, teremos um Senado vermelho, para dar sustentação a Lula", escreveu a parlamentar.

Vou pensar

Janaína já demonstrou interesse em concorrer ao Senado na chapa que será eventualmente encabeçada pelo ministro Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura, para o governo paulista. O presidente voltou ao assunto ontem. "Não está batido o martelo, não. O convite foi feito, o Tarcísio gostou desta possibilidade, conversei com a Damares, e ela ainda não se decidiu", disse.

Outra frente

O presidente Jair Bolsonaro sinalizou que o governo estuda uma Proposta de Emenda Constitucional para reduzir o peso dos <u>impostos</u> federais sobre o preço de combustíveis. Após os seguidos confrontos com governadores, o Planalto tenta viabilizar um diálogo com o Congresso a fim de mostrar ao eleitorado que está comprometido em ajudar o brasileiro em tempos de gasolina a R\$ 7.

Campo minado

A desavença entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Telegram, rede social muito apreciada por extremistas, é mais uma frente no combate à desinformação no mundo virtual. Depois de canalizar muita energia e recursos para assegurar a confiabilidade da urna eletrônica, a Justiça Eleitoral tenta construir parcerias

com as big techs na campanha eleitoral. O desafio não é trivial, considerando que as redes sociais tendem a ser palco estratégico ? senão o principal ? para os eleitores decidirem o voto.

Não está fácil

A aproximação entre o PSB e o PT, com apoios definidos em quatro estados, pode ser considerada uma boa nova em meio às intempéries da esquerda para apresentar uma alternativa à candidatura de Lula da Silva. Legendas de viés progressista ? PT, PSB, PCdoB e PV ? devem apresentar recurso ao Tribunal Superior Eleitoral para adiar a data final de registro das federações partidárias, marcada para 2 de abril.

Prazo apertado

Uma das razões é o prazo da janela partidária, que se encerra em 1º de abril. Partidos avaliam que as mudanças de última hora podem dificultar a formação de alianças.

Cidadão digital

Criado há 10 anos pelo Senado Federal, o e-Cidadania recebeu 97,1 mil sugestões para projetos de lei. O acesso à página interativa aumentou notadamente a partir de 2021, como efeito da pandemia. "Só em 2021 o e-Cidadania teve quase 130 milhões de visualizações, vindas de quase 22 milhões de internautas. Um aumento de 69,2% na visualização e 55,5% na quantidade de usuários. Os fatores desta explosão estão ligadas a decisões do Senado relacionadas à pandemia, à própria CPI da Pandemia e a aproximação do ano eleitoral" explicou o coordenador interino do Portal, Marcos Behr, à Agência Senado.

Governo prepara PEC para atropelar lei e baixar gasolina e luz em ano eleitoral



Idiana Tomazelli, Marianna Holanda e Ricardo Delia Coletta

O governo Jair Bolsonaro (PL) prepara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar a redução temporária de **tributos** sobre combustíveis e energia elétrica, uma tentativa de dar alívio ao bolso dos consumidores em ano eleitoral.

A escolha da PEC como instrumento é uma maneira de passar por cima das restrições impostas pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exige nesses casos a elevação de outro tributo para compensar a perda de arrecadação.

"Temos uma proposta de emenda à Constituição que está sendo negociada para que nós possamos ter a possibilidade de zerarmos os <u>impostos</u> dos combustíveis, o PIS/ Cofins. É uma possibilidade de se conseguir isso aí para dar um alívio", disse Bolsonaro nesta quinta-feira (20) durante sua live semanal O presidente está em viagem oficial ao Suriname.

Caso o governo zere alíquotas de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol, o impacto na arrecadação será da ordem de R\$50 bilhões ao ano, segundo fontes do governo informaram à Folha. Sob as regras atuais, o governo teria de elevar outros tributos para compensar a perda de receitas.

Em2018,no governo Michel <u>Temer</u> (MDB), e em março e abril de 2021, já na atual gestão, medidas de redução da carga tributária sobre o diesel foram acompanhadas por elevação de <u>tributos</u> para outros setores.

As medidas para reduzir a tributação sobre combustíveis têm sido discutidas entre Bolsonaro e auxiliares no Palácio do Planalto. O plano foi divulgado

pelo jornal O Globo e confirmado pela Folha.

No inicio da semana, o tema também foi debatido pelo presidente em uma reunião com os ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Bruno Bianco (Advocacia-Geral da União).

Interlocutores afirmam que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não se opõe à redução dos **tributos** sobre combustíveis. A justificativa é que a arrecadação tem apresentado aumento real, abrindo espaço para a medida sem comprometer o alcance da meta fiscal, que permite rombo de até R\$ 170,5 bilhões.

Técnicos do Ministério da Economia, porém, afirmam não terem sido envolvidos nas negociações. Oficialmente, a pasta disse que não irá se manifestar sobre o assunto neste momento.

O aumento do preço dos combustíveis tem incomodado o presidente, sobretudo no ano em que ele pretende buscar a reeleição. A política da Petrobras, por sua vez, acompanha a dinâmica de mercado, refletindo o aumento dos preços do petróleo e do dólar.

Principal adversário de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já explorou o tema e atacou a política de preços da companhia, dizendo que faria mudanças.

Dentro do governo, o tema é tratado não só como algo setorial mas também econômico, fiscal e social.

No ano passado, a gasolina acumulou alta de 47,49%, enquanto o etanol subiu 62,23%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Já o diesel ficou em média 46,04% mais caro. Com escassez de chuvas, a energia elétrica subiu 21,21% em 2021.

Na quarta-feira (19), em entrevista à Jovem Pan, Bolsonaro deu pistas de que buscava uma "fonte alternativa" para conseguir reduzir a tributação sobre os combustíveis.

"Reconheço a **inflação** de alimentos, reconheço a alta do combustível, falo de um porquê. Fora do ar aqui

FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A13. Sex, 21 de Janeiro de 2022 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

falava-se de uma proposta que poderíamos enviar ao Congresso que mexe com combustível. Sim, existe essa proposta, não quero entrar em detalhe, vai ser apresentada no inicio do ano", disse o presidente.

"Nós procuramos aqui reduzir carga tributária, muitas vezes ser obrigado a encontrar uma fonte alternativa, você não pode apenas reduzir isso daí e vamos fazendo o possível", acrescentou.

A cúpula do Congresso também tem demonstrado preocupação com o aumento do preço dos combustíveis.

Segundo fontes do governo ouvidas pela Folha, a ideia de reduzir tributos já está pacificada dentro do Executivo e está sendo conversada com o Legislativo. O objetivo é reduzir a carga sobre combustíveis, gás e energia elétrica.

A reportagem apurou que o conteúdo da PEC já foi discutido com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Cálculos internos do governo apontam que uma redução de R\$ 0,10 na alíquota de PIS/Cofins sobre diesel gera um impacto de R\$ 6 bilhões ao ano nas receitas. A mesma redução para a gasolina teria um custo de R\$ 3,8 bilhões ao ano.

Para zerar todas as alíquotas, os impactos são estimados em R\$ 26 bilhões no caso da gasolina, R\$ 20 bilhões para o diesel e R\$ 4 bilhões no etanol, segundo cálculos aproximados.

A proposta em discussão dentro do governo ainda pode criar um fundo de compensação para amortecer a alta de preços dos combustíveis em momentos de aumento nas cotações do barril de petróleo e do dólar.

No entanto, este ponto ainda está em avaliação, segundo fontes do governo que participam das negociações. A Economia é contra a criação do fundo de estabilização.

Entre técnicos da área econômica, a avaliação é que medidas para mexer na tributação de combustíveis têm impacto pequeno nos preços e elevado na arrecadação.

Segundo levantamento da ANP (Agência Nacional de Petróleo) encerrado em 15 de janeiro, o preço médio do litro da gasolina comum nas bombas está em R\$ 6,606. Já o diesel custa em média R\$ 5,422, e o etanol, R\$ 5,046.

Ainda que a redução de **tributos** resulte em centavos a menos pagos pelo consumidor, nada impede que o

alívio seja consumido por posteriores reajustes de preços.

Abrir mão de receitas também pode agravar o quadro das contas públicas, que continuam no vermelho.

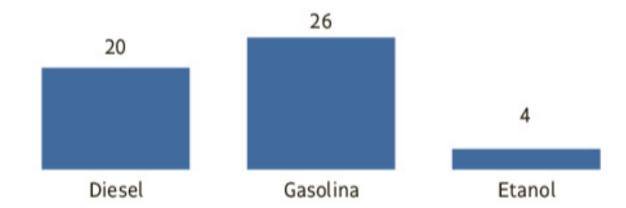
Caso o governo corte <u>tributos</u> que incidem sobre gasolina e energia elétrica, a tendência é o déficit ser ainda maior. No entanto, há espaço para isso na meta fiscal. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) autoriza um resultado negativo de até R\$ 170,5 bilhões em 2022.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 97&anchor=6448831&pd=3ddd2b2373963fd838dc26bfd49 97b21

Em ano eleitoral, Bolsonaro quer reduzir tributos sobre combustíveis

Impacto de zerar PIS/Cofins, em R\$ bilhões/ano



A estratégia do governo



O que diz a lei

Pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a redução de PIS/Cofins sobre combustíveis precisa ser compensada com o aumento de outros tributos, ou ampliação de base de cálculo (para que um imposto já vigente seja aplicado sobre mais contribuintes). Esse roteiro foi cumprido em reduções de alíquotas sobre diesel em 2018 e 2021



O que é a proposta

A PEC (proposta de emenda à Constituição) permitiria a redução dos tributos sobre combustíveis e energia elétrica sem a necessidade de compensação

R\$ 3,8 bilhões

é o impacto de cada R\$ 0,10 de redução na alíquota de PIS/Cofins sobre a gasolina

R\$ 6 bilhões

é o impacto de cada R\$ 0,10 de redução de alíquota de PIS/Cofins sobre o diesel

Bolsonaro quer tumultuar combustíveis - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Vamos supor que o Congresso aprove o mais recente capricho demagógico de Jair Bolsonaro e acabe com os **impostos** federais sobre a venda de combustíveis. Na melhor das hipóteses e "tudo mais constante", o preço da gasolina poderia cair uns 40 centavos. Dificilmente "tudo mais" vai ficar constante.

O preço pode ficar até mais salgado. Pode ser até que Bolsonaro ganhe uns pontinhos políticos sendo derrotado. Para alguns, talvez ficasse a imagem da vítima do sistema: "Não deixam o homem trabalhar".

Se o preço do barril do petróleo chegar à casa dos US\$ 100 (está a US\$ 88), os combustíveis ficarão ainda mais caros do que agora, mesmo sem imposto federal.

Não se sabe para o onde vai o dólar, que também define o preço de gasolina, diesel etc. Não se sabe quanto da redução de **tributos** vai desaparecer porque pode ser apropriada por empresas, sendo absorvida pelas margens das firmas envolvidas na cadeia de combustíveis.

Restaria então apenas um buraco de dezenas de bilhões de reais nas contas do governo, que seria tapado com aumento de **impostos** em outra parte, aumentando a zorra do sistema tributário, de resto dando uma mãozinha para pessoas que não são exatamente as mais pobres do país.

Como vai ser compensado o buraco? Quem vai pagar? O crédito vai ficar mais caro, por exemplo? Nem é possível imaginar, claro, que o governo vá cortar gastos para arrumar a nova bagunça que pretende fazer.

Além do mais, é outro indício de que Bolsonaro e seu comando político estão dispostos a fazer qualquer negócio a fim de evitar uma derrota ou eliminação ainda no primeiro turno da eleição.

Não se trata de dizer que medidas alopradas como essa possam com certeza render pontos nas pesquisas ou nas urnas. Podem ser até contraproducentes em termos eleitorais, no limite. No entanto, como deveríamos estar já bem acostumados a esta altura, no caso de Bolsonaro ou:

- 1) falta pragmatismo, solapado pela ignorância mais tosca, atroz ou jeca -essa gente dá tiros no próprio pé por burrice ou incompetência ou;
- 2) a ideia é mesmo causar apenas confusão, jogar para a galera das falanges bolsonaristas e manter uma tropa unida, imune à razão ou desapercebida, grupo que equivale hoje a um quarto do eleitorado, dizem as pesquisas. É o bastante para evitar um impeachment, chegar a um segundo turno e tentar tumultuar o ambiente o quanto possível.

Vai passar no Congresso? Difícil saber. Senadores e deputados estão de férias, literal ou metaforicamente viajando. Ao ouvir a pergunta do jornalista, alguns perguntam "de onde saiu isso?". No entorno da cúpula do centrão, porém, se diz que a ideia é essa mesma, aprovar uma emenda constitucional lá pelo fim de março, a fim de baixar preços de combustíveis e energia elétrica; que os parlamentares "não teriam coragem" de negar esse "benefício para o povo em tempos de **inflação**".

Faria algum sentido acabar com <u>impostos</u> sobre energia? Talvez. Não é possível saber sem perguntar "a troco de quê?". Depende. Quais <u>impostos</u> ficariam mais salgados? Qual o efeito sobre rendas e eficiência econômica? Quem pagaria o pato, no final das contas?

Nunca é uma resposta simples, em se tratando de **impostos**: quem recolhe o imposto não é quem fica com a conta. O efeito de um aumento de **tributos** aqui pode aparecer noutra parte da economia (a conta pode ser transferida, alguns negócios ou rendimentos que nada têm a ver com o imposto podem ser afetados, pode haver aumento de ineficiências e perdas gerais etc.).

Em resumo, não é assim que se faz. O que se passa agora é populismo descarado, direto e atroz, talvez apenas tentativa de criar tumulto e cortina de fumaça. É "Bolsonaro, zorra!".

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 97&anchor=6448831&pd=3ddd2b2373963fd838dc26bfd49 97b21

Em carta a Davos, milionários pedem para pagar mais impostos



Protesto dos Milionários Patriotas Jonathan Ernst - 17. mai. 21/Reuters

Anelise Gonçalves

Mais de cem milionários e bilionários pediram, nesta terça-feira (18), que suas riquezas sejam taxadas.

Autointitulado Milionários Patriotas, o grupo com mais de cem pessoas entre as mais ricas do mundo assinou uma carta aberta publicada durante o encontro virtual do Fórum Econômico Mundial, que começou nesta segunda-feira (17).

Os signatários -entre os quais está a herdeira da Disney, Abigail Disney- pedem a líderes políticos e empresariais que os façam pagar sua parte na recuperação global da economia, após a crise da pandemia. "Forcem-nos a pagar mais impostos", afirmam.

Segundo o grupo, o atual sistema tributário não é justo.

"Enquanto o mundo atravessou uma carga imensa de sofrimento nos últimos dois anos de pandemia, a maioria de nós, milionários, pode dizer que viu sua fortuna crescer. Ainda sim, poucos de nós podemos dizer que pagamos nossa parte justa em <u>impostos</u>", argumentam.

À Reuters um porta-voz do Fórum Econômico Mundial afirmou que pagar uma parcela justa em **impostos** é um um dos princípios da organização, assim como

defender a taxação de grandes riquezas -o que acontece na Suíça, onde a organização é sediada.

Ele afirmou também que isso seria um bom modelo para outros países.

A cobrança de **impostos** sobre fortunas, porém, não é unanimidade entre especialistas em tributação. Na Europa, países que adotavam essa taxação voltaram atrás por considerá-la cara e ineficiente.

Dados de um relatório da Oxfam mostram que as fortunas das dez pessoas mais ricas do mundo passaram de US\$ 700 bilhões (R\$ 3,87 trilhões) para US\$ 1,5 trilhão (R\$ 8,3 trilhões) durante os dois primeiros anos da pandemia de Covid-19.

Os números ainda apontam que a renda de 99% da humanidade caiu na comparação de março de 2020 e novembro de 202L Porém, um novo bilionário surgiu a cada 26 horas.

Nos EUA, este debate não é novo. Análise da agência de jornalismo Pro Publica mostra que executivos americanos bilionários pagaram pouco ou nada em **impostos** de renda entre 2014 e 2018. Na lista, aparecem nomes como Jeff Bezos, Michael Bloomberg e Elon Musk.

Em fevereiro do ano passado, o líder dos "Milionários Patriotas", Morris Pearl, e ex-diretor de um dos maiores fundos de investimentos do mundo, o BlackRock, afirmou que os EUA deveriam seguir caminho semelhante ao da Argentina e criar um imposto sobre a riqueza para enfrentar a crise econômica gerada pela pandemia de Covid-19.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 97

Redução do imposto teria impacto restrito no preço final

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.comhr BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Auxílio Brasil, pobreza e eleições (Artigo)

Naercio Menezes Filho, professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensal mente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Setor de seguros espera derrubar cobranças de PIS/Cofins no Carf

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187120

Orçamento: Centrão blinda verbas para aliados do governo e fundão eleitoral



JORGE VASCONCELLOS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem até esta sextafeira (21/1) para sancionar o Orçamento de 2022, em meio à necessidade de um corte de R\$ 9 bilhões para recompor despesas que foram subestimadas pelo Congresso, conforme recomendação da equipe econômica. Os ajustes deverão ser feitos, mas em conformidade com os interesses do Centrão, bloco político que assumiu o controle da destinação das verbas federais. Em ano de eleições, a maior prioridade será preservar as emendas de parlamentares fiéis ao governo e os recursos para aumentar o valor do fundo eleitoral para R\$ 5,7 bilhões.

Um dos principais caciques do Centrão, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, está definindo os cortes e optou por enxugar, prioritariamente, recursos de aliados que não votaram totalmente com o governo em 2021. Na semana passada, um decreto presidencial ampliou os poderes de Nogueira na liberação de verbas, o que reduziu ainda mais o raio de ação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O chefe da Casa Civil também é um dos integrantes do recém-criado comitê da campanha à reeleição de Bolsonaro, um grupo com divisões de tarefas já delineadas e que é formado, também, pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto; e pelo ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni (DEM). Nesse contexto, o Orçamento deve ser usado para negociar apoios à reeleição de Bolsonaro e de aliados.

Um dos trunfos do governo são os R\$ 16,5 bilhões

destinados pelo Congresso para as chamadas emendas do relator, que distribuem recursos do "orçamento secreto" e são usadas para levar benefícios a redutos eleitorais de parlamentares da base. A orientação do Planalto é de que elas sejam poupadas dos cortes.

Ainda de olho nas urnas, o governo trabalha para turbinar mais o valor do fundo eleitoral, que vai financiar as campanhas dos partidos políticos. No Orçamento 2022, o valor ficou em R\$ 4,9 bilhões, quase R\$ 800 milhões abaixo do que havia determinado o próprio Congresso: R\$ 5,7 bilhões. Segundo o Ministério da Economia, é necessário recompor os recursos para alcançar esse montante.

Dos R\$ 9 bilhões que precisam ser cortados, ao menos R\$ 3 bilhões devem ir para gastos com pessoal, que são obrigatórios. Outros R\$ 5 bilhões devem ampliar as despesas de custeio do próprio Ministério da Economia, cujo orçamento ficou aquém do necessário.

Policiais

Ao sancionar o Orçamento, Bolsonaro poderá incluir no total de cortes os R\$ 1,7 bilhão que haviam sido reservados para o reajuste de funcionários da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional ? considerados parte do reduto eleitoral do presidente. Na quarta-feira, o chefe do Executivo anunciou a suspensão do reajuste, no momento em que as demais categorias do funcionalismo realizam uma onda de protestos para cobrar aumento salarial (leia reportagem na página 7).

O cientista político e pesquisador Leonardo Queiroz Leite considera que as discussões em torno do Orçamento 2022 têm priorizado mais as questões eleitorais do que o atendimento às necessidades básicas da população. Segundo ele, isso já era esperado desde que Bolsonaro, em nome da própria sobrevivência política, entregou ao Centrão o controle da Casa Civil, considerada "o coração do governo".

"Agora, obviamente, na questão mais técnica, do Orçamento, isso ia acontecer. Em ano de eleição, é um escárnio total, absoluto para a sociedade brasileira. Esse fundo eleitoral de quase R\$ 6 bilhões é o que desmoraliza o governo e a classe política ainda

CORREIO BRAZILIENSE / DF - POLÍTICA - pág.: A02. Sex, 21 de Janeiro de 2022 ECONOMIA

mais", afirma Leite. "Tantas necessidades no país, a crise econômica, a pandemia, <code>inflação</code> alta, e o governo consegue arrancar R\$ 6 bilhões para fazer eleição. Isso abala a própria democracia no Brasil, porque tudo aos poderosos, e o povo sobrevivendo com auxílios magros, com muita dificuldade, enquanto a classe política se presenteia com esse tipo de farra eleitoral", acrescenta.

Dúvida marca sanção do Orçamento



Bolsonaro se reuniu no Suriname com o presidente Chandrikapersad

Jorge Vasconceuos

O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem até hoje para sancionar o Orçamento de 2022, em meio à necessidade de um corte de R\$ 9 bilhões para recompor despesas que foram subestimadas pelo Congresso, conforme recomendação da equipe econômica, que inclui o reajuste prometido para policiais. Os ajustes deverão ser feitos, mas em conformidade com os interesses do Centrão, bloco político que assumiu o controle da destinação das verbas federais. Em ano de eleições, a maior prioridade será preservaras emendas de parlamentares fiéis ao governo e os recursos para aumentar o valor do fundo eleitoral para R\$5,7 bilhões.

Ao sancionar o Orçamento, Bolsonaro poderá incluir no total de cortes RS 1,7 bilhão reservados para o reajuste de funcionários da Polícia Federal da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional - considerados parte do reduto eleitoral do presidente. Na quarta-feira, o chefe do Executivo anunciou a suspensão do reajuste, no momento em que as demais categorias do funcionalismo realizam uma onda de protestos para cobrar aumento salarial.

Um dos principais caciques do Centrão, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, assumiu o comando da definição dos cortes e decidiu enxugar, prioritariamente, recursos de aliados que não votaram totalmente com o governo em 2021. Na semana passada, um decreto presidencial ampliou os poderes de Nogueira na liberação de verbas, o que reduziu ainda mais o raio de ação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O chefe da Casa Civil também é um dos integrantes do recém-criado comitê da campanha à reeleição de Bolsonaro, um grupo com divisões de tarefas já delineadas e que é formado também pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e pelo ministro do Trabalho e Previdência. Onyx Lorenzoni (DEM). Nesse contexto, o orçamento deve ser usado para negociar apoios à reeleição de Bolsonaro e de aliados.

Um dos trunfos do governo são os R\$ 16,5 bilhões destinados pelo Congresso para as chamadas emendas de relator, que distribuem recursos do "orçamento secreto" e são usadas para levar benefícios a redutos eleitorais de parlamentares da base. A orientação do Planalto é que elas sejam poupadas dos cortes.

Ainda de olho nas urnas, o governo trabalha para turbinar ainda mais o valor do fundo eleitoral, que vai financiar as campanhas dos partidos políticos. No Orçamento 2022, o valor ficou em R\$ 4,9 bilhões, quase R\$ 800 milhões abaixo do que havia determinado o próprio Congresso - R\$ 5,7 bilhões. Segundo o Ministério da Economia, é necessário recompor os recursos para alcançar esse montante, sob risco de o governo descumprir uma lei.

Dos R\$ 9 bilhões que precisam ser cortados, ao menos R\$ 3 bilhões devem ir para despesas com pessoal, que são obrigatórias. Outros R\$ 5 bilhões devem ampliar as despesas de custeio do próprio Ministério da Economia, cujo orçamento ficou aquém do necessário.

O cientista político e pesquisador Leonardo Queiroz Leite considera que as discussões em torno do Orçamento 2022 têm priorizado mais as questões eleitorais do que o atendimento às necessidades básicas da população. Segundo ele, isso já era esperado desde que Bolsonaro, em nome da própria sobrevivência política, entregou ao Centrão o controle da Casa Civil, considerada o coração do governo".

"Agora, obviamente, na questão mais técnica do Orçamento isso ia acontecer. Em ano de eleição, é um escárnio total absoluto para a sociedade brasileira. Esse fundo eleitoral de quase R\$ 6 bilhões é o que desmoraliza o governo e a classe política ainda mais", afirma Leite. "Tantas necessidades no país, a questão da crise econômica, a pandemia, **inflação** alta, e o governo consegue arrancar R\$ 6 bilhões para fazer eleição. Isso abala a própria democracia no Brasil, porque tudo aos poderosos, e o povo sobrevivendo com auxílios magros, com muita dificuldade, enquanto a classe política se presenteia com esse tipo de farra eleitoral", acrescenta.

ESTADO DE MINAS / BELO HORIZONTE / MG - POLÍTICA - pág.: 03. Sex, 21 de Janeiro de 2022 ECONOMIA

Site:

https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/01/2022/p1

Brasil e América Latina precisam de educação tecnológica para crescer



Fábio Pupo

Além de ter a menor perspectiva de crescimento entre todas as regiões do mundo em 2022, a América Latina pode continuar a sofrer por vários anos com os efeitos da pandemia enquanto enfrenta uma polarização política que afasta investidores. A avaliação é do Banco Mundial, para quem são necessárias medidas urgentes a fim de contornar os problemas.

Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do Banco Mundial para América Latina e Caribe, afirma que a deterioração dos indicadores da região causa preocupação sobretudo na educação - impactada pelo fechamento das escolas.

"Isso precisa ser tratado rapidamente ou teremos uma geração com menos escolaridade do que a anterior", disse o colombiano em entrevista à Folha durante visita ao Brasil.

Para ele, o país precisa de um plano rígido para monitorar os alunos com deficiência de aprendizagem, ampliar o acesso à internet nas escolas e para a população em geral e aprovar reformas para estimular o setor privado a investir e a contratar.

Além disso, ele considera ser crucial impulsionar investimentos em ciência e tecnologia e promover uma transformação educacional para que o país consiga se inserir em áreas de vanguarda do crescimento global, como biotecnologia e inteligência artificial -enquanto o Brasil e a região ainda se baseiam muito em commodities.

"Para isso, você precisa de pessoas mais escolarizadas e instruídas em todos os níveis.

Caso contrário, será muito difícil avançar", diz.

* O Banco Mundial e outras instituições projetam que o crescimento na América Latina será menor em 2022 do que no resto do mundo. O que está acontecendo com a região? É uma continuação daquilo que vinha ocorrendo antes da pandemia e se torna mais claro agora, na fase final da crise sanitária. A maioria das economias não estava crescendo bem na América Latina. Se examinarmos o período de 2012 32019, bem antes da pandemia, a taxa de crescimento per capita média da região foi inferior a 0,5%, a mais baixa dentre todas as regiões.

Minha principal preocupação é que depois da pandemia voltemos a ter um período de baixa evolução. A chave para destravar o crescimento é bem conhecida e tem a ver com as reformas, para a economia atrair mais investimento do setor privado que é a força motriz do crescimento.

A ideia de o setor privado conduzir a economia fica de alguma forma prejudicada neste momento de recuperação? Os EUA, por exemplo, estão implementando um enorme projeto de infraestrutura com recursos públicos. Acho que não fica prejudicada. EUA, China e Europa têm espaço fiscal para estímulos. Mas a América Latina não tem. Nenhum país da região tem envergadura para estimular sua economia por um longo período de tempo sem incorrer em graves problemas de dívida e sustentabilidade.

O Brasil usou o espaço fiscal para gastar sobretudo com a população [na pandemia], algo admirável. Mas não é um padrão sustentável [continuar usando recursos na mesma proporção] para o país e os demais da América Latina.

O governo vem agindo para driblar a legislação fiscal em vigor, o que tem gerado preocupação no mercado. Falta apresentar um plano de equilíbrio entre a proteção aos pobres e uma política fiscal sustentável, algo defendido pelo Banco Mundial? Essa crise não tem precedentes, e, portanto, requer programas sem precedentes para aliviar os impactos sobre os mais pobres e vulneráveis. Desde que os gastos sejam focalizados para atender claramente essas populações, de um modo geral são gastos justificados.

O Brasil tem sido afetado fortemente pela inflação. Além do aumento dos juros, que outras medidas devem ser adotadas para combatê-la? Temos confiança no Banco Central, que tem bastante credibilidade. A única outra medida importante é levar o patamar fiscal para onde estava [antes da pandemia].

A meu ver, é correto gastar durante a crise com despesas anticíclicas, e o Brasil fez bastante desse estímulo para evitar uma crise pior. Mas, uma vez que a economia se recuperar, é necessário tirar esses estímulos e reconstruir espaço fiscal para a próxima crise.

As análises do Banco Mundial se baseiam nas diretrizes do chamado Consenso de Washington, criado na década 1980 para estimular medidas liberais. A pandemia trouxe a necessidade de essa visão ser atualizada? Na minha opinião, o Consenso de Washington foi um exercício incompleto. Incluiu medidas básicas e muito válidas, como a sustentabilidade da dívida e a importância do setor privado, mas deixou de fora conceitos como inovação e produtividade.

Os países precisam investir em sistemas e processos para elevar produtividade e salários. Isso, por sua vez, exige capital humano robusto, inclusive com investimentos em universidade, ciência e tecnologia. E também empresas e investidores dispostos a investirem áreas da vanguarda do crescimento, como biotecnologia e inteligência artificial. Ao passo que a América Latina está muito concentrada na agropecuária e na mineração.

Essa mudança só pode ser alcançada por meio de investimentos em educação, certo? E, mais do que dinheiro, demanda uma transformação no sistema educacional... Sim. Investimentos em educação, ciência e tecnologia. A América Latina está defasada na qualidade da educação e no capital humano. Precisamos atrair investimentos para áreas mais sofisticadas. Pode ser na agricultura, mas tem de envolver aplicação de alta tecnologia. Pode ser mineração, mas envolver beneficiamento mineral. Pode ser serviços, mas precisa de um upgrade, um aprimoramento do processo. Para isso, você precisa de pessoas mais escolarizadas e instruídas em todos os níveis.

A pandemia gerou um retrocesso nesse sentido, afetando diretamente o ensino. Quão mal estamos em relação ao resto do mundo? A América Latina foi a mais impactada entre todas as regiões em desenvolvimento, e os indicadores estão muito ruins por causa do fechamento das escolas, que durou muito. O Brasil perdeu o equivalente a 1,5 ano em

educação. Isso precisa ser tratado rapidamente ou teremos uma geração com menos escolaridade do que a anterior, o que iria justamente na direção contrária do necessário.

Que políticas corretivas são necessárias? Isso demanda medidas para conectar escolas à internet de modo que elas tenham acesso a tecnologia de excelência e ter sistemas de alerta que monitorem os alunos de modo que aqueles sem avanço recebam uma atenção dedicada para evitar o abandono escolar. Precisamos melhorar a gestão das escolas em todos os níveis - municipal, estadual e federal.

A desigualdade de acesso à internet ficou evidente durante a pandemia, e o Banco Mundial defende a ampliação de seu uso. Como a expansão pode ser acompanhada por um melhor uso da tecnologia? Só metade da população da América Latina tem acesso à internet, o que foi uma tragédia durante a pandemia. Aqueles que tinham acesso podiam trabalhar por meio do computador, prover educação para seus filhos, acessar serviços financeiros e até usar telemedicina. Mas a outra metade não dispunha disso. É fundamental que todos tenham acesso à internet e que desenvolvam competências digitais para ter oportunidades e empregos de melhor qualidade.

O Banco Mundial identificou que as crises costumam afetar o emprego na América Latina por vários anos, e por isso é preciso agir para impulsionar o mercado de trabalho. Como fazer isso neste momento? Estou preocupado com a natureza dos empregos, que tendem a ser mais informais. Precisamos estimular os países a melhorar regras trabalhistas de modo que as pessoas possam entrar na economia formal, o que significa facilitar a contratação. Porque parte do problema é que os países latino-americanos têm um processo caro, com muitas regras. Entendo que houve um bom movimento nesse sentido no Brasil, com simplificação de regras trabalhistas. Precisamos de mais disso.

Algumas pessoas podem afirmar que esse tipo de medida pode tirar direitos. Não. O tipo de reforma que estamos defendendo é para facilitar a contratação, não significa tirar direitos de ninguém. É dar o direito do emprego formal a quem não tem acesso a ele.

A instabilidade política tem dominado países da região, como Haiti e Guatemala. No Brasil, há uma tensão entre o presidente e o Supremo. Como isso afeta a economia na região e no Brasil em particular? Percebo haver uma maior polarização em toda a América Latina. Não sei ao certo quais as causas dessa rivalidade, mas é fato que há maior tensão política. Há preocupações sobretudo entre investidores do setor privado, preocupações essas que geralmente

aumentam antes das eleições.

Em202i, tivemos muita preocupação com Peru, Equador e Chile. Em 2022, teremos eleições no Brasil e na Colômbia. Pode haver muita incerteza. Esses períodos costumam ser dominados por muita tensão e tendem a afetar os níveis de investimentos até que as coisas desanuviem e fiquem mais claras. Faz parte de um padrão normal, mas que está exacerbado pela polarização.

No Brasil, há um nível de preocupação mais alto? Não acompanho muito a política [local], mas em todos os países há uma percepção de que há uma forte polarização.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 97&anchor=6448831&pd=3ddd2b2373963fd838dc26bfd49 97b21

O Brasil ficou menos atraente para o capital (Editorial)

Importantes para o crescimento econômico e para o avanço tecnológico, investimentos diretos diminuíram no começo da pandemia e voltaram a crescer em todo o mundo, no ano passado, segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). No Brasil, o fluxo mais que dobrou entre 2020 e 2021, passando de US\$ 28 bilhões para US\$ 58 bilhões, de acordo com esse levantamento, mas sem retomar o padrão de 2019, quando o valor atingiu US\$ 65 bilhões. O fluxo mundial passou de US\$ 929 bilhões para US\$ 1,65 trilhão, superando o total anterior à crise sanitária. O investimento direto, destinado à compra de ativos empresariais ou à ampliação da capacidade produtiva, é menos especulativo e menos volátil que aquele voltado para o mercado de títulos e, portanto, especialmente benéfico para a economia.

Os números oficiais brasileiros, publicados pelo Banco Central (BC), são diferentes daqueles citados pela Unctad, mas também mostram uma recuperação incompleta, em aparente harmonia com um quadro de economia vacilante, **inflação** crescente e muito ruído político. Chegaram a US\$ 51,48 bilhões, nos 12 meses até novembro de 2021, os investimentos diretos absorvidos pelo Brasil, em termos líquidos, segundo o último informe do BC.

No ano-calendário de 2020 o fluxo havia atingido US\$ 39,51 bilhões. Entre janeiro e dezembro de 2019, US\$ 69,17 bilhões. No resto desse ano, os valores acumulados em 12 meses foram sempre superiores a US\$ 70 bilhões.

O último ano de firme expansão dos investimentos diretos foi 2018, quando entraram US\$ 78,16 bilhões, 4,08% do Produto Interno Bruto (PIB). A partir de 2019, os valores acumulados foram geralmente inferiores a 4% do PIB. Com oscilações, as somas em dólares declinaram nos últimos três anos. Mas, apesar da pandemia, os totais acumulados em 12 meses foram sempre maiores, entre janeiro e outubro de 2020, do que aqueles contabilizados até outubro de 2021.

O Brasil obviamente se tornou menos atrativo para o investidor estrangeiro durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro. A recuperação parcial do fluxo, depois da primeira onda de pandemia, de nenhum modo contraria essa percepção, mesmo

tendo o País passado da oitava para a sétima posição entre os destinos do investimento direto, segundo a Unctad.

Pelo tamanho de sua economia, pela presença já muito grande do capital estrangeiro e por suas possibilidades, o Brasil continua sendo um polo de interesse para o investidor de fora.

Mas sua atração é bem menor do que foi em outros tempos, como indicou a pesquisa anual CEO Survey da empresa de consultoria e auditoria PwC.

Nessa pesquisa, realizada com cerca de 4.500 executivos de todo o mundo, o Brasil ficou na pior posição em muitos anos. Segundo o relatório, o dirigente de um fundo com aplicações superiores a US\$ 100 bilhões na América Latina teria declarado a intenção de evitar qualquer aplicação no Brasil enquanto estiver no poder o presidente Jair Bolsonaro. Não seria esse um caso isolado. Em 2013 o Brasil esteve em terceiro lugar na agenda das grandes empresas internacionais.

Sua posição piorou na crise do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Houve uma recuperação parcial depois da eleição de 2018, mas essa melhora já se perdeu.

Apesar do recuo do capital estrangeiro, o Brasil tem recebido investimento direto muito mais que suficiente para cobrir seu déficit em transações correntes, estimado em US\$ 30,84 bilhões nos 12 meses até novembro.

O superávit no comércio de mercadorias, garantido pelo agronegócio e pelo setor mineral, tem permitido manter em nível seguro o déficit das transações correntes. O País tinha em novembro US\$ 367,77 bilhões de reservas, um volume confortável. Como explicar, então, a instabilidade cambial e o dólar supervalorizado? A resposta, bem conhecida, está na insegurança dos aplicadores financeiros, diante dos desmandos e das omissões do presidente Bolsonaro. Dólar caro e retração do investidor direto formam parte do custo do desgoverno instalado em Brasília.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Estamos por nossa conta e risco (Artigo)

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski, SÃO EMPRESÁRIO

As eleições gerais se aproximam e os primeiros précandidatos estão em cena. Boa hora para destacar o que faz este pleito exigir de nós, eleitores, mais atenção que a habitualmente observada.

Sim, atenção máxima, e não só com a escolha do presidente, dos governadores e dos parlamentares que vão dirigir o País depois de 2022, mas com as decisões atuais e as que ainda poderão ser tomadas até lá.

Como porta arrombada, Executivo e Congresso estão aprovando o que em tempos normais já seria chocante, quanto mais com as contas públicas deficitárias há quase nove anos, o que significa que todo novo gasto federal está sendo bancado com dívida.

Em vez de ofertar suas emendas ao Orçamento, em troca de apoio ao governante de turno, para, assim, viabilizar o Auxílio Brasil, mudaram a Constituição para adiar o pagamento dos precatórios, que são dívidas federais transitadas em julgado.

Calote de dívida líquida terá consequências danosas à confiança na ordem jurídica.

Seria de se esperar algum constrangimento dos políticos nestes tempos marcados por eventos de horror, como as mortes pela covid, o desemprego, a volta da fome, as tragédias climáticas, as queimadas na Amazônia e no Pantanal. E o que tem sido?

O veto ao chamado fundão eleitoral de R\$ 5,7 bilhões foi derrubado, de modo que os partidos terão mais que o triplo da dotação das eleições de 2018 para gastar em 2022. Deputados tentam aprovar um esdrúxulo projeto para legalizar a caça dita "esportiva" de animais em florestas. No Senado, há outro projeto que, a pretexto de facilitar o porte de armas para caçadores, flexibiliza sem necessidade o Estatuto do Desarmamento.

Essa agenda do atraso induz a mobilização de todos, para proteger os meses que faltam até as eleições e o que poderá vir depois.

O que a maioria decidir implicará ou o aprofundamento da letargia econômica e social, o que nesta década de transformações tecnológicas aceleradas no mundo significa um estado de crise permanente, ou o início da reconstrução de um País próspero, empreendedor e comprometido com as melhores expectativas do bemestar de todos.

O que há pela frente, a menos de dez meses das eleições, é a certeza da <u>inflação</u> e dos juros punitivos para tentar debelá- la, dos investimentos externos amedrontados, dos 14 milhões de desempregados, em um ano em que a tendência é que predomine a discussão monotemática das alianças partidárias que visam à formação de palanques, não de propostas.

Os candidatos precisam explicitar o que propõem para tirar a economia da pasmaceira, para fazer o setor público servir à sociedade, como pensam entregar a educação de qualidade requerida pelas novas profissões que emergem dos saltos tecnológicos e, sobretudo, qual a macroeconomia cogitada para tirarmos da frente os rombos fiscais que turvam o horizonte e afastam os investimentos em projetos produtivos e de pesquisa e desenvolvimento.

Tais questões dialogam com o Brasil em que programas sociais são imprescindíveis para garantir condições mínimas de dignidade a um grande contingente de famílias, para as quais ainda faltam recursos e oportunidades de trabalho. Há algo muito errado com a economia, se a população em idade de trabalhar, segundo o IBGE, alcança 171 milhões de pessoas e a força de trabalho não passa de 106 milhões, incluindo entre estes os desempregados e os muitos com empregos precários.

Sobreviveremos, é claro, um país não acaba, mas, dependendo das escolhas que fizermos, correremos o risco de sairmos mais machucados, estendendo o prazo de recuperação por muitos anos durante os quais veremos negócios fechando, fome grassando e o tecido empresarial esgarçando.

Não é hora de omissão. É preciso que se entenda que os governantes reagem à mobilização da sociedade. Significa que temos de nos envolver mais do que nunca no processo de discussão do Brasil que ansiamos, na construção de programas e consensos, e na escolha consciente de nossos representantes no pleito de 2022.

Usualmente se atribui a denominação de "elite" a quem parece estar em melhores condições de poder e riqueza, mas a verdade é que, no Brasil, todos os que leem este texto fazem parte do universo de formadores de opinião que precisam vocalizar suas preocupações de curto, médio e longo prazos. Medidas populistas que sugerem aliviar o presente e destroem o futuro devem ser barradas.

Como industriais acostumados a solavancos, cientes do potencial de crescimento do País, lidando com temas delicados, como a criação de empregos, a absorção de inovações e tecnologia em par com o mundo ágil e competitivo, assumindo riscos, nos parece fundamental, neste início de ano, refletir sobre as responsabilidades expressas pelo voto. Mas dedicando, igualmente, especial atenção aos meses adiante para evitar mais danos, além dos já criados.

Dos gabinetes dos altos poderes, infelizmente, há pouco a esperar. Estamos, brasileiros, por nossa conta e risco.

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski, SÃO EMPRESÁRIOS

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Reação do PIB em novembro (Editorial)

A economia brasileira cresceu 4,4% nos 12 meses até novembro, segundo a mais confiável prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o Monitor do PIB publicado mensalmente pela Fundação Getulio Vargas. Esse número indica para 2021 um resultado muito próximo da última estimativa do mercado - expansão de 4,5% - divulgada no boletim Focus, produzido pelo Banco Central (BC). De acordo com o Monitor, a produção industrial aumentou 4,9% nesses 12 meses; a dos serviços expandiu-se 4,3%; e a da agropecuária, apenas 0,9%. A notícia mais animadora foi "a reversão da trajetória de queda e estagnação" observada a partir de abril, como comentou o coordenador da pesquisa, o economista Claudio Considera.

Com essa reversão, em novembro o <u>PIB</u> foi 1,8% maior que em outubro, descontados os fatores sazonais, segundo o Monitor. Mas ainda houve retração de 0,3% no trimestre encerrado em novembro, quando comparado com o período de junho a agosto. Nesse confronto, houve recuo de 1,7% na indústria, puxado pelo segmento de transformação (-2,4%), e avanços de 10,8% na agropecuária e de 0,5% nos serviços.

Em relação a 2020, os dados mostraram produção geral 2,2% maior no mês de novembro e de 1,3% no trimestre móvel. A retomada dos serviços, um amplo conjunto muito importante para a geração de empregos, mesmo informais, foi claramente favorecida pelo avanço da vacinação contra a covid-19, como notou o coordenador Claudio Considera. Foi mais um ganho econômico e social contra o negacionismo do presidente Jair Bolsonaro e a inoperância - para usar uma palavra suave - do Ministério da Saúde.

Confirmado um crescimento próximo de 4,5% em 2021, a economia terá superado o tombo de 2020 e alcançado patamar igual ao de 2019 ou talvez ligeiramente superior. Mas nada assegura, por enquanto, um desempenho em 2022 melhor que aquele previsto nas projeções do mercado, com expansão do PIB na faixa de zero a meio por cento. Se a inflação, como se estima, diminuir para algo próximo de 5% até o fim do ano, ainda ficará bem acima da meta, fixada em 3,5%. Além disso, novos aumentos da cotação internacional do petróleo poderão afetar perigosamente o conjunto dos preços.

Mantida essa perspectiva de <u>inflação</u>, o BC deverá sustentar juros elevados, no esforço para levar a alta de preços à meta oficial até 2023. Parece razoável a expectativa de uma taxa básica de juros de 11,75% no

final de 2022. Dinheiro caro e crédito escasso contribuirão, portanto, ao lado das incertezas decorrentes da disputa eleitoral, para emperrar a economia neste ano.

Inflação elevada, juros altos e desemprego ainda acima de 10% da força de trabalho dificultarão o consumo familiar, principal fator de estímulo da indústria e dos serviços, tornando improvável, portanto, um ritmo de atividade sensivelmente superior ao atingido em 2021. Cada nova imprudência cometida pelo presidente Jair Bolsonaro reforçará as incertezas e a insegurança. Para uma avaliação mais completa seria preciso saber para onde irá o Centrão durante a campanha eleitoral.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Desigualdade social preocupa mais CEOs brasileiros, diz PwC

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Presidente do BC afirma que inflação começa a cair

GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo